

Caros Colegas Instaladores,

Quero pedir desculpa por não partilhar convosco este evento promovido pela Electrora, que estou seguro, será mais uma realização de excelência como outras anteriormente realizadas. Felicito aqui o meu colega de direcção da Certiel, Sr. Bencatel, por mais uma organização renovando-lhe os meus pedidos de desculpa.

Feita esta introdução, direi de uma forma sintética, sobre o tema – Certiel - presente e futuro, que esta está bem e recomenda-se.

A Certiel está bem e recomenda-se porque a décima alteração ao Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) – Decreto-lei, DL - 555/99, que regulamenta as operações urbanísticas, processos de urbanização e loteamento, publicada no DL - 26/2010, não revoga qualquer legislação do sector eléctrico, nomeadamente a legislação que criou o actual modelo de certificação de projectos eléctricos e de inspecção e certificação de instalações eléctricas, DL - 272/92 e suas portarias, nem outra legislação complementar por exemplo DL - 517/80, que se refere aos projectos. O DL - 517/80, define quais as instalações que carecem de projecto entre outras coisas.

Situação antes da alteração promovida pelo DL 26/2010

Para efeitos de obtenção da licença de construção, os projectos das especialidades de entre os quais os de electricidade, gás, etc, tinham que ser certificados por entidade externa aos municípios. No caso da electricidade, a CERTIEL.

De igual modo, **para efeitos da atribuição da licença de utilização**, era necessário a apresentação de um certificado que atestasse que a instalação realizada, referente a uma das especialidades acima referidas, estava executada de acordo com as normas de segurança em vigor e portanto, eram instalações seguras. No caso das instalações eléctricas o certificado era emitido pela CERTIEL.

Situação após a entrada em vigor do DL-26/2010

Para efeitos de obtenção da licença de construção, a consulta, certificação, aprovação ou parecer, por entidade interna ou externa aos municípios dos projectos das especialidades e outros estudos, não têm lugar quando o respectivo projecto seja acompanhado por termo de responsabilidade subscrito por **técnico autor de projecto legalmente habilitado** que ateste o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Para efeitos da atribuição da licença de utilização, a realização de vistoria, certificação, aprovação ou parecer, pelo município ou por entidade exterior, sobre a conformidade da execução dos projectos das especialidades e outros estudos com projecto aprovado ou apresentado, é dispensada mediante a emissão de termo de responsabilidade subscrito por **técnico legalmente habilitado para esse efeito**, de acordo com o respectivo regime legal, que ateste essa conformidade.

Estas alterações traduzem-se nas seguintes alterações:

Projectos:

Dispensa de aprovação dos projectos da especialidade desde que acompanhados de um termo de responsabilidade. Esta medida pode afectar uma das actividades da Certiel – a certificação de projectos eléctricos. Contudo a certificação dos projectos não está proibida ou eliminada. Os técnicos que pretendam uma garantia real, de que seus projectos cumprem todas as normas de segurança, podem continuar a certificar seus projectos junto da Certiel.

Inspecções/Certificações

Dispensa, para efeitos da obtenção da licença de utilização, da inspecção e correspondente certificação das instalações eléctricas entre outras, não proibindo nem eliminando a inspecção e correspondente certificação. **Aparentemente esta norma poderia afectar a actividade da Certiel – inspecção e certificação de instalações eléctricas. Na nossa opinião tal não acontece porque de acordo com o DL 272/92 acima referido e não revogado, as instalações eléctricas não podem entrar em exploração, ou seja, não podem ser ligadas à rede de distribuição de energia, sem que seja apresentado um certificado de exploração emitido pela CERTIEL. Assim apesar da dispensa, para efeitos de obtenção da licença de utilização, da inspecção e correspondente certificado da Certiel, este não é dispensável, para efeitos da ligação à rede de distribuição de energia.**

Conclusão:

Poderá ser dispensada a certificação dos projectos realizada pela Certiel desde que acompanhados por um termo de responsabilidade. Contudo concluídas as instalações eléctricas, estas deverão ser objecto de uma inspecção/certificação, para efeitos de ligação à rede de distribuição de energia eléctrica.

A Certiel não está de acordo com esta simplificação grosseira, porque entende que a segurança de pessoas e bens é um valor que deve estar acima de outros valores, nomeadamente os que estiveram na base desta alteração a saber: simplificação de processos, desburocratização, simplex, ausência de concorrência na certificação. Entendemos que em matéria de segurança de pessoas e bens a concorrência não é valor a ter em conta é um valor perigoso, pois nivela pela mediocridade, enfraquece a qualidade.

Todos sabemos que as decisões que possam pôr em causa a segurança de pessoas e bens não devem ser políticas como esta em causa. Quando o que está em causa é segurança de pessoas, como é o caso, as decisões devem ser tomadas por técnicos, o que não aconteceu, pois nenhuma entidade técnica foi ouvida no diploma em causa.

Seria uma má solução, como todos concordaremos.

Basta lembrar as percentagens dos projectos não aprovados à primeira, assim como as instalações não certificadas a primeira vez, para concluir que se hoje é assim e os intervenientes sabem que há inspecção, imagine-se se não existisse certificações.

É pois imperativo combater esta situação.

Para esse efeito a Certiel tem desenvolvido inúmeras diligências tendentes a contrariar esta situação.

Este diploma só pode actualmente ser alterado em sede da Assembleia Geral da República por ratificação, a pedido dos partidos. A Certiel tem desenvolvido contactos com os diversos grupos parlamentares com esse objectivo propondo que os n.º 8 e 9 do artigo 13 do DL – 555/99 não se apliquem às especialidades de Electricidade e de Gás.

Para a eventualidade desta iniciativa não surtir o efeito necessário e desejado, e porque a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) está frontalmente em desacordo com estas alterações, salienta-se que estas alterações foram propostas pela Secretaria de Estado da Administração Local (SEAL) e que a DGEG também não teve oportunidade de se pronunciar em tempo oportuno, tendo-se pronunciado sempre frontalmente contra, **a DGEG está a preparar uma alteração da legislação que poderá, por razões de negociação, deixar cair a certificação dos projectos e manter a certificação das instalações. Esta terá alterações importantes que de momento julgo não ser oportuno divulgar.**

Finalmente e dirigindo-me a todos como presidente da APEPE, Associação de Instaladores com sede no Porto, sócia fundadora da Certiel, a quem cabe na Direcção da Certiel e junto da DGEG salvaguardar os vossos/nossos interesses, afirma aqui inequivocamente que está totalmente de acordo com a DGEG, com a Certiel e que tudo fará para que não se volte ao passado, de má memória, em que valia tudo, a concorrência entre os instaladores não era assegurada, em que a qualidade e a segurança das instalações deixava grandes dúvidas.

A não certificação só pode beneficiar aqueles que são maus profissionais, que **nivelam a qualidade pelo mínimo, aqueles para quem a segurança de pessoas não é um valor fundamental.**

Tenham uma boa jornada,

Muito Obrigado

Manuel Almeida (Eng.)

Presidente da Apepe

PS: Ajudem-se tornando-se sócios da APEPE. Dêem-nos força para **lutar pelos vossos/nossos legítimos interesses.**